

 SUMÁRIO DO VOLUME I

APRESENTAÇÃO DA EDITORA.....	5
NOTA DO DIRETOR.....	7
SOBRE O DIRETOR.....	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO.....	13
DIREITO PENAL – PARTE GERAL.....	21
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	1285

VOLUME I

Direito Penal • Parte Geral

PARTE I • Da aplicação da lei penal

- | | |
|---|----|
| 1. A analogia pode ser utilizada, em direito penal, sem ferir a legalidade?..... | 24 |
| 2. É viável a combinação de leis penais diante do advento de lei penal mais favorável? .. | 59 |
| 3. Qual órgão judiciário tem competência para aplicar a lei penal benéfica?..... | 78 |

PARTE II • Do crime

- | | |
|--|-----|
| 4. É viável a responsabilidade penal da pessoa jurídica?..... | 91 |
| 5. Quais são as diferenças entre tentativa e desistência voluntária? | 114 |
| 6. Como avaliar a ocorrência de arrependimento eficaz na situação concreta do <i>iter criminis</i> ? | 130 |
| 7. Qual é a relação entre o art. 16 do Código Penal e a súmula 554 do STF?..... | 147 |
| 8. Quais os limites entre os flagrantes esperado e preparado?..... | 160 |
| 9. A vigilância da vítima é capaz de configurar o crime impossível? | 176 |
| 10. Como diferenciar o dolo eventual e a culpa consciente? | 192 |
| 11. Como diferenciar a imperícia da inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício? | 232 |
| 12. A legítima defesa putativa é erro de tipo ou erro de proibição? | 248 |
| 13. É viável a existência de apenas dois participantes na coação moral irresistível? | 260 |
| 14. A inexigibilidade de conduta diversa afasta a culpabilidade? | 273 |
| 15. Como quantificar a <i>moderação</i> na repulsa da agressão injusta, no contexto da legítima defesa?..... | 289 |
| 16. Quais são os <i>meios necessários</i> para repelir injusta agressão?..... | 306 |
| 17. Acolhe-se, no ordenamento jurídico-penal, a legítima defesa da honra como excludente de ilicitude? | 316 |
| 18. A prática do trote (estudantil ou militar) deve ser penalmente punida?..... | 334 |

PARTE III • Da imputabilidade penal

- | | |
|---|-----|
| 19. Há necessidade de realização de laudo antropológico em silvícolas socialmente integrados para verificação de sua imputabilidade?..... | 348 |
| 20. O juiz fica adstrito ao laudo pericial para verificar a imputabilidade do réu? | 367 |

21. Qual a relação entre personalidade antissocial e imputabilidade penal?	380
22. Qual a importância da emoção e da paixão como causas determinantes do delito?	393
23. A embriaguez afasta a imputabilidade penal?	413

PARTE IV • Do concurso de pessoas

24. Como se configura a participação de menor importância?	430
25. Como aplicar, nos casos concretos, a cooperação dolosamente distinta?	448
26. Em quais situações as circunstâncias e condições de caráter pessoal comunicam-se aos coautores e partícipes?	463

PARTE V • Das penas

27. A pena de detenção pode ser cumprida inicialmente em regime fechado?	486
28. A gravidade do crime é suficiente para determinar a opção pelo regime inicial?	504
29. Qual a relação entre a pena aplicada no mínimo legal e a imposição de regime prisional mais severo?	527
30. Como solucionar a questão relativa à falta de vagas no regime semiaberto?	544
31. Como avaliar o mérito do condenado para fins de progressão de regime?	562
32. É viável a progressão por saltos?	579
33. Admite-se a sustação cautelar do regime semiaberto ou aberto em caso de cometimento de falta do condenado?	590
34. Qual é a relação entre reincidência e regime fechado?	602
35. Cabe progressão ao condenado estrangeiro?	614
36. A visita íntima é direito do preso?	634
37. A segurança pública é justificativa idônea para vedar ao réu o cumprimento de pena em seu domicílio?	651
38. Quais os requisitos para a execução provisória da pena?	664
39. Deve haver nexo entre a prisão provisória e a pena aplicada para fins de detração? ...	757
40. Pode-se utilizar a detração na sentença condenatória?	769
41. Cabe detração da pena de multa?	795
42. É possível a aplicação de penas alternativas para delitos cometidos mediante violência presumida/imprópria?	807
43. Como avaliar o comportamento <i>socialmente recomendável</i> do reincidente na aplicação de penas alternativas?	819
44. Qual o juízo competente para executar a pena de multa e julgar extinta a punibilidade?	837
45. Qual o conceito de antecedentes para aplicação da pena-base?	850
46. Como avaliar a personalidade do agente em harmonia com o direito penal do fato? .	879
47. Permite-se a compensação entre reincidência e menoridade ou confissão espontânea?	901

48. Aos maus antecedentes aplica-se a caducidade quinquenal da reincidência?	917
49. A confissão, para ser aplicada como atenuante, deve ser fruto do arrependimento? ..	930
50. A confissão qualificada pode ser reconhecida como atenuante?	945
51. Qual a definição de delitos da <i>mesma espécie</i> para fins de configuração do crime continuado?	955
52. Cabe continuidade delitiva entre roubo e latrocínio?	973
53. Cabe continuidade delitiva entre estupros?	987
54. Como devem ser entendidas as <i>condições de tempo</i> para o reconhecimento do crime continuado?	1002
55. Como analisar as <i>condições de lugar</i> para a configuração do crime continuado?	1014
56. No que tange à maneira de execução do crime continuado, a variação de comparsas impede o reconhecimento do benefício?	1032
57. É necessária a unidade de desígnios para configuração do crime continuado?	1048
58. Prorroga-se automaticamente o <i>sursis</i> quando o condenado responde por outro processo?	1061
59. É cabível livramento condicional a condenado estrangeiro?	1076
60. Prorroga-se automaticamente o livramento quando o condenado responde por outro processo?	1096
61. Em que medida, para concessão de livramento condicional, é exigível o exame criminológico?	1110
62. A prática de falta grave interrompe o prazo para a concessão de livramento condicional?	1124

PARTE VI • Das medidas de segurança

63. É obrigatória a internação em casos de crimes apenados abstratamente com reclusão?	1148
64. A internação decorrente de medida de segurança pode ser por prazo indeterminado?	1161
65. A conversão da pena em medida de segurança possui prazo determinado?	1185

PARTE VII • Da extinção da punibilidade

66. A medida de segurança prescreve?	1200
67. Qual a relação entre prescrição e detração?	1215
68. A suspensão do processo com base na citação ficta (art. 366 do CPP) impede o advento da prescrição?	1228
69. É cabível a extinção da punibilidade em decorrência de prescrição virtual?	1244
70. Quando se interrompe a prescrição no caso de prestação de serviços à comunidade?	1256
71. A redução do prazo prescricional, no caso de maior de 70 anos, tem por base a data da sentença ou a do acórdão?	1271

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1285
-----------------------------------	------

VOLUME II

Parte Penal Especial

PARTE VIII • Dos crimes contra a pessoa

72. O que se entende por <i>motivo torpe</i> ?	25
73. O que se entende por <i>motivo fútil</i> ?	42
74. O ciúme configura futilidade?	58
75. É admissível o dolo eventual nas qualificadoras do homicídio?	76
76. Como avaliar o recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima?	90
77. A transmissão do vírus da AIDS configura tentativa de homicídio?	104
78. Para aplicação do perdão judicial, no homicídio culposo, as consequências do crime devem atingir o próprio agente ou basta que alcance pessoa do seu relacionamento? ..	117
79. Qual a dimensão do estado puerperal para a configuração do infanticídio?	130
80. O aborto do feto anencéfalo é considerado crime?	142
81. A ação penal, na lesão corporal decorrente de violência doméstica, é pública incondicionada ou condicionada à representação da vítima?	158
82. Qual o grau de convivência exigido entre autor e vítima para configurar a violência doméstica?	180
83. A pessoa jurídica pode ser sujeito passivo de crime contra honra?	197
84. A injúria se configura no calor da discussão?	209
85. A injúria racial pode ser considerada crime de racismo?	226
86. O crime de ameaça admite substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito?	239
87. Para a caracterização do crime de ameaça é necessário ânimo refletido por parte do agente?	255

PARTE IX • Dos crimes contra o patrimônio

88. Quando se dá a consumação do furto?	268
89. É aplicável a causa de aumento do repouso noturno ao furto qualificado?	283
90. Como avaliar a abrangência do princípio da insignificância no cenário do furto?	296
91. Como caracterizar o furto de uso, que afasta a configuração do crime?	311
92. A <i>trombada</i> caracteriza crime de roubo?	324
93. Qual a amplitude do repouso noturno para efeito de aplicação da causa de aumento prevista no art. 155, § 1.º, do Código Penal?	335
94. O que se considera <i>pequeno valor</i> para configurar o furto privilegiado?	348
95. É viável a aplicação do privilégio às formas qualificadas do furto?	364

96. É exigível o exame de corpo de delito para a configuração da qualificadora de destruição de obstáculo?	387
97. Como se caracteriza o abuso de confiança para fins de aplicação da qualificadora? ...	401
98. Qual a amplitude do termo <i>escalada</i> para a configuração da qualificadora? Há necessidade de laudo pericial?	416
99. Quando se consuma o crime de roubo?	431
100. O roubo, com privação da liberdade da vítima, envolve a aplicação da causa de aumento prevista no inciso V, do § 2.º, do art. 157, do CP, ou demanda o concurso material com o delito de sequestro ou cárcere privado?	446
101. Há tentativa de roubo impróprio?	462
102. Como aplicar o aumento no caso de existência de mais de uma causa de aumento no roubo?	476
103. A intimidação realizada com o emprego de arma de brinquedo permite a configuração da causa de aumento?	492
104. É indispensável a apreensão da arma para a aplicação da causa de aumento no roubo?	508
105. O simulacro de arma, a arma defeituosa ou sem munição permite a concretização da causa de aumento no roubo?	527
106. Para configurar a circunstância de elevação da pena (causa de aumento ou qualificadora), referente ao concurso de pessoas, nos delitos patrimoniais, exige-se a presença na cena do crime?	544
107. Em que hipótese(s) configura-se a tentativa de latrocínio?	559
108. A multiplicidade de vítimas, quanto ao resultado qualificador, no latrocínio, configura crime único?	584
109. A vantagem, prevista na extorsão mediante sequestro, tem apenas o caráter econômico?	602
110. A devolução da coisa, após a consumação da apropriação indébita, permite a absolvição ou a extinção da punibilidade?	624
111. É exigível o dolo específico ou elemento subjetivo específico para a configuração da apropriação indébita previdenciária?	638
112. Configura crime o denominado <i>estelionato judiciário</i> ?	658
113. O estelionato previdenciário é crime instantâneo ou permanente?	669
114. A figura da receptação qualificada, da forma como redigido o § 1.º do art. 180, do Código Penal, ofende algum princípio constitucional?	680

PARTE X • Dos crimes contra a propriedade imaterial

115. Pode-se considerar insignificante a violação de direito autoral?	696
---	-----

PARTE XI • Dos crimes contra a dignidade sexual

116. O exame de corpo de delito é indispensável para a comprovação do estupro?	710
--	-----

117. A vulnerabilidade, constante do tipo do art. 217-A, do Código Penal, é absoluta ou relativa?..... 726
118. Nos crimes sexuais, a ação penal sempre está sujeita à representação da vítima?..... 739
119. A tutela da moralidade sexual e dos bons costumes, constante do tipo penal do art. 229, ofende algum princípio constitucional? 754

PARTE XII • Dos crimes contra a paz pública

120. É admissível a cumulação do crime de quadrilha ou bando com qualificadora de outro delito, quando baseada no concurso de pessoas? 772

PARTE XIII • Dos crimes contra a fé pública

121. Qual o alcance da *falsidade grosseira* para a tipificação do crime de falsificação de documento? 802
122. O falso é sempre absorvido pelo estelionato, quando cometidos pelo mesmo agente?..... 818
123. A declaração de pobreza pode servir de base para a configuração do delito de falsidade ideológica? 835
124. A falsificação e o uso de documento falso configuram concurso de crimes ou delito único? 848
125. Qual a influência da autodefesa no cenário do delito de falsa identidade? 866

PARTE XIV • Dos crimes contra a Administração Pública

126. É viável o concurso entre roubo e resistência, cometidos no mesmo contexto?..... 879
127. Para a configuração do delito de desobediência, torna-se indispensável a comunicação da ordem diretamente ao destinatário? 897
128. A existência de outra modalidade de punição afasta o crime de desobediência? 911
129. Como confrontar o dever de sigilo médico e a ordem judicial para fornecimento de dados, no cenário do crime de desobediência? 923
130. A embriaguez do agressor descaracteriza o crime de desacato? 937
131. Existe condição específica para a instauração do inquérito ou da ação penal para a apuração do crime de sonegação de contribuição previdenciária? 948
132. Para a configuração do delito de falso testemunho, deve-se avaliar a relevância jurídica do fato narrado? 979
133. Exige-se o compromisso de dizer a verdade, tomado da testemunha, antes do depoimento, para a configuração do crime de falso testemunho? 992

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

PARTE XV • Lei de Drogas

134. É aplicável o princípio da insignificância no caso de posse de droga ilícita para uso?...	1010
135. Quais são os critérios para distinguir entre a posse para consumo pessoal e o tráfico?	1023
136. Como aplicar o princípio da retroatividade da lei penal benéfica no tocante ao tráfico com diminuição de pena, previsto no art. 33, § 4.º, da Lei 11.343/2006?	1037
137. Cabe pena alternativa para condenado por tráfico de drogas?	1070
138. Qual o critério para graduar a diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas?	1130
139. É cabível a liberdade provisória para indiciados ou réus de tráfico de drogas?.....	1146

PARTE XVI • Lei de Execução Penal

140. Para o registro de falta grave no prontuário do condenado é indispensável a atuação prévia da defesa técnica?	1164
141. Cabe remição pelo estudo? Em que medida?	1185
142. Os dias remidos constituem pena efetivamente cumprida para fins de cálculo dos demais benefícios?	1199
143. A falta grave do condenado prescreve?.....	1210
144. Prorroga-se automaticamente o livramento condicional em face do cometimento de nova infração penal, pelo condenado, durante o período de prova?.....	1222

PARTE XVII • Código de Trânsito Brasileiro

145. O condutor, que participada de racha ou imprime velocidade excessiva na direção de veículo automotor, age com dolo eventual ou culpa consciente?.....	1237
146. Os crimes de perigo devem ser absorvidos pelos de dano?	1260
147. Qual critério deve ser utilizado para a fixação do <i>quantum</i> da suspensão ou proibição do direito de dirigir veículo automotor?	1271
148. Pode-se aplicar perdão judicial aos crimes de trânsito?	1295
149. Se a vítima morre instantaneamente, terceiros a socorrem ou ocorre recusa ao auxílio, aplica-se a causa de aumento de omissão de socorro, no homicídio culposo?	1314
150. O crime previsto no art. 305 do CTB (afastar-se do local do acidente) afeta algum princípio constitucional?	1330
151. Para a configuração do delito de embriaguez ao volante demanda-se a realização de exame de corpo de delito?.....	1350

PARTE XVIII • Lei da Violência Doméstica (Lei Maria da Penha)

152. Qual a amplitude das relações domésticas para fins de aplicação da Lei Maria da Penha?	1368
---	------

PARTE XIX • Lei de Armas

153. É crime a posse (ou o porte) de arma desmuniada?	1388
154. Em que situações o delito relativo ao porte ilícito de arma de fogo pode ser absorvido por outro crime?	1401
155. Exige-se laudo pericial da arma para a tipificação dos delitos previstos na Lei 10.826/2003?	1414
156. Os crimes de posse, porte, comércio e tráfico ilegal de armas são insuscetíveis de liberdade provisória?	1426

PARTE XX • Lei do Meio Ambiente

157. É aplicável o princípio da insignificância no contexto dos crimes ambientais?	1438
--	------

PARTE XXI • Lei dos Crimes Falimentares

158. Aplica-se, aos crimes falimentares, a teoria da unicidade das penas?	1458
---	------

PARTE XXII • Lei dos Crimes Hediondos

159. Cabe indulto para delitos hediondos?	1472
---	------

PARTE XXIII • Estatuto da Criança e do Adolescente

160. O crime de corrupção de menores (antigo art. 1.º, Lei 2.252/54; atual art. 244-B, ECA) é formal ou material?	1490
---	------

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1505
-----------------------------------	------

VOLUME III**Julgados Convergentes e Divergentes**

Textos para consulta – Parte I

VOLUME IV**Julgados Convergentes e Divergentes**

Textos para consulta – Parte II